

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos
**CONTRIBUIÇÃO DE MATTOS E SILVA PARA OS ESTUDOS
DE HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA**

José Mario Botelho (FFP-UERJ e ABRAFIL)
botelho_mario@hotmail.com

RESUMO

Quando se trata de estudos históricos sobre o português, não se pode deixar de reconhecer os méritos da professora Rosa Virgínia Barreto de Mattos Oliveira e Silva, a pesquisadora baiana, que nos deixou um legado de grande importância sobre a história da língua portuguesa, mormente no que se diz respeito a sua transplantação para o Brasil e as especificidades da sua formação no território brasileiro. Sobre isso, a professora Tânia Lobo – atual Coordenadora do Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR), fundado por Mattos e Silva em 1992 –, em seu pequeno, porém importante artigo (2015, p. 70), enumera 10 (dez) textos escritos pela filóloga e linguista baiana em destaque, que são essenciais para a compreensão do tão falado e mal compreendido português do Brasil ou, como a própria Mattos e Silva, também denominou “português brasileiro”. Contudo, o objeto deste meu artigo, tipo resenha, é o de refletir sobre os aspectos norteadores de *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe* (2008), em que a autora demonstra que “(na língua) é observando o passado que se podem recuperar surpresas que o presente, com frequência, nos faz” (2006, p. 13).

Palavras-chave:

Estudos históricos. História da língua. Mattos e Silva.

1. Introdução

O estudo da origem da língua portuguesa tem sido intrigante para aqueles que com isto se preocupam, já que se trata de uma língua que, apesar de ter a origem no latim vulgar – língua falada no vasto Império Romano por povos romanos e romanizados –, especialmente o falado na Lusitânia, recebeu contribuições oriundas de diversas línguas, entre as quais se destacam o grego (pelo latim), o árabe (pelo moçárabe), o tupi, o guarani, as de origens africanas e demais neolatinas.

E por ser a língua portuguesa o conjunto de evoluções do latim, as quais se deram em todos os sistemas da língua e de todos os tipos, como por exemplo o sistema vocálico, semelhanças e diferenças entre as duas línguas se estabelecem, que geram fenômenos interessantes, cuja descrição se faz mister.

O objetivo deste trabalho é de apresentar uma descrição simples, que possa corroborar o que outros autores renomados registraram, observando alguns detalhes que, por ventura, tenham esquecido. Assim, não se

pretende aqui esgotar o tema, nem considerar o que será apresentado como uma descoberta acerca do assunto.

1. Fatos históricos

O português é uma língua que pertence ao grupo de línguas chamadas românicas ou neolatinas por originarem-se do latim, que em tempos muito afastados era um simples dialeto (língua rude e de pouca importância) falado no Lácio, região localizada às margens do rio Tibre, na Itália Antiga. Mais tarde tornou-se a língua dominante daquela península Itálica e, com as conquistas militares e consequente domínio político-cultural de Roma por volta do século III a.C., foi levada pelos soldados romanos para as regiões conquistadas, a cujos povos foi imposta.

Que a língua portuguesa tem a sua origem no latim não se discute. Tanto que compõe juntamente com o francês, o italiano, o espanhol, o romeno, o rético (ou reto-romeno), o catalão, o provençal, sardo e o dalmático o grupo de línguas neolatinas, do qual apenas as cinco primeiras e mais o português são línguas oficiais, sendo que o rético é a quarta língua oficial da Suíça, e a última é língua morta.

Embora seja o latim vulgar a língua que deu origem ao português, não se faz mister escrutá-lo, uma vez que a língua portuguesa não se origina tão somente daquele, e tampouco diretamente; é, pois, na verdade, uma miscelânea de várias outras línguas. No entanto, não se pode negar que é a principal língua dentre aquelas que constituem o português e, principalmente, o seu léxico.

Do latim, é necessário saber o seguinte: havia em Roma duas modalidades linguísticas distintas: 1) o latim clássico (*Sermo Urbanus*), que era uma língua escrita, estereotipada pelo rigor dos literatos e usada nas escolas e Academias; e 2) o latim vulgar (*Sermo Vulgaris*), que era a linguagem falada pelo povo em geral, de maneira espontânea e sem a preocupação das normas gramaticais. Entre estas duas modalidades havia diferenças na fonética (a saber, o latim vulgar procurava evitar proparoxítonos: “*cáthedra*” > “*catédra*”, “*pónere*” > “*ponére*”, “*álacrem*” > “*alácrem*”) (O acento é só para marcar a sílaba tônica, não tendo, inclusive, nada a ver com o timbre aberto, característica do acento agudo em português, já que não havia acento em latim.); no léxico (a saber, no latim vulgar, havia uma preferência por palavras populares: *ignus* > *focu*, *equis* > *caballu*; e o uso de sufixos diminutivos: *auris* > *auricula*, *apis* >

apicula); na morfologia (a saber, o latim vulgar tendia ao analítico: *liber* > *illu* ou *unu libru*, *dulcior* > *magis* ou *plus dulce*, *dulcissimus* > *multu dulce*, *amor* > *amatus sum*); na sintaxe (a saber, no latim vulgar predominavam o analítico, com a redução dos casos e acréscimo de preposições: *liber* > *illu* ou *unu libru*, *libri* > *de libru*, *libro* > *ad libru*; as orações desenvolvidas e a ordem direta: *Vulgus dicit terram esse rotundam.* > *Vulgus dicit quod terra est retunda.*, *Diligit Deus hominem* > *Deus diligit hominem.*). Mas não constituíam línguas diferentes; eram, pois, modalidades diferentes de uma mesma língua.

E foi exatamente o latim vulgar que deu origem não só ao português, como também às demais línguas neolatinas, que, por ser a língua falada pelo povo, especialmente pelos soldados romanos que a levaram às terras conquistadas, não chegou com as mesmas características fonéticas, morfológicas e sintáticas a cada uma das regiões, cujos habitantes compartilhavam de cultura, linguagem e costumes particulares e distintos, normalmente, dos dos romanos. É natural que a linguagem dos romanos, os quais conquistavam terras longínquas, se distanciasse da linguagem daqueles que mantinham um contato mais direto e efetivo com Roma. Além disso, o contato com as linguagens dos habitantes de cada região conquistada, embora constituíssem substratos (línguas dos povos conquistados) do latim, influenciava-o, tornando-o cada vez mais diferente da língua de Roma.

À península Ibérica, região onde se deu a evolução do latim vulgar, do qual se origina a língua portuguesa, os romanos chegaram no século III a. C. e lá encontraram povos que habitavam aquele solo.

Apesar de ser confusa a história da península antes da invasão romana, poder-se-ia dizer que os dois povos mais antigos que a habitavam eram o basco e o ibero (povo agrícola e pacífico). Depois da invasão dos celtas (povos de origem árica, vindos do sul da Alemanha), por volta do século V a. C., que se estabeleceram ao norte da península, paulatinamente os iberos se mesclaram com este povo, dando origem aos povos celtiberos, como os chamavam os romanos. Os fenícios, os gregos e os cartagineses também se estabeleceram ao Sul da região, mas como aproveitadores da situação.

Por ocasião da Segunda Guerra Púnica, originada pelo cerco de Sagunto, cidade ibera fundada e dominada pelos gregos, os cartagineses procuraram se apoderar da região, o que fez com que os celtiberos solicitassem o socorro dos romanos.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Para conter a expansão de Cartago que ameaçava o domínio do mundo mediterrâneo pretendido por Roma, os romanos invadiram a península, venceram os cartagineses, ampliaram o território, conquistando toda a faixa ocidental da Ibéria e impuseram o latim aos povos conquistados. Para isto os romanos introduziram costumes de civilização que não eram conhecidos, abrindo escolas, construindo estradas, templos, organizando o comércio, o serviço de correio e outros. Impuseram com rigor o uso do latim nas transações comerciais e nos documentos oficiais.

Assim, o latim, prestigiado como língua oficial, ensinada nas escolas, pôde suplantar as demais línguas faladas pelos peninsulares, que adotaram, por conseguinte, a língua do povo dominador. O parentesco linguístico existente entre a língua latina e a celta facilitou a assimilação da nova língua aos peninsulares.

Porém, essa língua não era o latim clássico; era, pois, o latim vulgar, que, influenciado pelas línguas peninsulares, já não era também a língua falada em Roma. E as diferenças foram crescendo, à medida que as civilizações conquistadas adotavam por completo os costumes dos vencedores – isto é, romanizavam-se.

Entretanto, um povo da península não adotou o latim como língua – o basco, numa zona restrita dos Pirineus, que vive ainda hoje como um enclave entre o espanhol, ao sul e o francês, ao norte. Isto porque não houve coação por parte dos vencedores; a língua latina se impunha pela força das próprias circunstâncias, devido ao seu prestígio, e pela situação favorável à latinização, como vimos em parágrafo anterior.

Já no século V, totalmente romanizada, a península Ibérica sofre a invasão de povos bárbaros ou góticos. Vieram os germânicos, que não alteraram essencialmente a latinização (a língua latina, com variações regionais e muito evoluída, era a língua do povo peninsular): os vândalos, que se fixaram na Galécia (hoje, Galiza) e na Bética (hoje, Andaluzia); os alanos, que se fixaram ao Sul dos Pirineus; os suevos, que se estabeleceram também na Galécia e na Lusitânia (hoje, Portugal); e, mais tarde, os visigodos, que dominaram o resto da península e subjugaram os suevos.

Todos estes povos, essencialmente guerreiros e de cultura diferente da dos romanizados, embora fossem vencedores, adotaram os elementos de civilização: a religião cristã, a organização político-administrativa, entre outros. Adotaram a língua latina, falada na península, apesar de abalar efetivamente a unidade político-cultural da região do antigo Impé-

rio Romano, pois as escolas foram fechadas – só nos mosteiros procurava-se conservar a língua clássica – e novos elementos culturais foram introduzidos. Pode-se dizer que, apesar de a romanização ter chegado ao fim, a latinização se fazia presente.

Depois da queda do Império Romano, vários reinos gótico-cristãos foram estabelecidos. O latim vulgar, já bastante modificado pela ação dos substratos (línguas subjugadas e esquecidas por ação de outra que se lhes impõe) – as línguas peninsulares – e influenciado pelo superstrato (língua do povo vencedor, preterida pela língua do povo vencido) – a língua dos germânicos, que adotaram a língua dos vencidos –, dialetou-se, isto é, passou a se desenvolver independente e diferentemente em cada região.

No século VIII, a península, já sob o domínio visigótico, sofre outra invasão – a dos árabes. Vindo do norte da África, os mouros maometanos – muçulmanos – invadiram e dominaram parte da península e, embora oficializassem a língua árabe, não coibiram a língua latina.

Esse estrato linguístico é para a língua latina falada pelo povo conquistado, na qual exerce bastante influência, um adstrato (língua do povo vencedor que não suplanta a do vencido). Tanto que em algumas regiões (na Lusitânia, que hoje é Portugal) surge o romance moçárabe – mistura da dialeção do latim vulgar com o árabe e, portanto, um romance cristão.

Os árabes eram um povo de alto nível cultural e de civilização, viveram por mais de sete séculos na península e, não obstante, não exerceram grande influência na língua portuguesa; a influência da língua árabe verifica-se, especialmente, no léxico.

O domínio árabe não conseguiu destruir um movimento de resistência cristã, cujos adeptos se refugiaram nas Astúrias, ao norte da península e se organizaram para a reconquista, que aconteceu árdua e paulatinamente. Estes cristãos, que partiram do Norte para o Sul, conquistando terras e expulsando os mouros, levam consigo um romance latino cristão – o galego-português –, que se encontra com o moçárabe mais tarde, de cujo contato surge a língua portuguesa.

Durante as inúmeras batalhas “santas” (As lutas para a reconquista eram abençoadas pelos papas.) o latim vulgar passa por uma nova fase linguística – é o chamado romance ou romance. Ao Norte da península, surgem a Galiza – dote que o rei de Leão e Castela, D. Afonso VI, ofere-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ceu a D. Raimundo, ao se casar com sua filha legítima, D. Urraca, e o Condado de Portu Cale, feudo oferecido a D. Henrique, ao se casar com sua filha bastarda, D. Teresa.

A língua falada destas duas regiões era o românico galaico-português; a administração do Condado Portucalense era de responsabilidade de D. Raimundo aos cuidados de D. Henrique. Com a morte deste, a viúva assume o poder, mas surgem problemas familiares e políticos, os quais obrigam o seu filho, D. Afonso Henriques, já senhor daquele condado, a tomar o poder e se proclamar rei do condado, que ele denomina Portugal, cuja realeza é reconhecida mais tarde (em 1143) pelo rei de Leão e Castela, o seu genro Dom Fernando II, e confirmada com a *Bula Manifestis Probatum* (em 1179) pelo Papa Alexandre III. O novo reino se expande em direção ao Sul, em cujas batalhas com os mouros o rei de Portugal se sagrava vitorioso. Mais tarde, Dom Sancho I, filho de Dom Afonso Henriques e herdeiro do trono, continuou empurrando os mouros para o Sul.

Até que os mouros fossem expulsos totalmente da península, Portugal ia diferenciando-se cada vez mais da Galiza. E à medida que isto acontecia, o galego-português de Portugal, em contato com outros falares, o moçárabe principalmente, se diferenciava mais e mais daquele falado na Galiza, que permanecia estacionário, empobrecido.

Nesse século XIII, de fundação da nacionalidade portuguesa e de delimitação de seu território, a língua portuguesa já apresentava uma língua literária – as cantigas medievais “de amor”, em galego-português.

Finalmente, cindiu-se o românico galaico-português em duas diferentes línguas: o galego, que ainda hoje sobrevive como língua regional na Galiza, cuja língua oficial é o espanhol, e o português, que continuou evoluindo e se tornou língua de uma grande região – Portugal –, e ainda hoje se atualiza e é língua de um imenso povo – as nações lusofônicas, espalhadas por diversas partes do mundo.

É importante frisar que antes da segunda metade do século XIII, quando Portugal firmou seus limites ao conquistar Algarves, no extremo sul da península, a língua falada em Portugal já se distinguia daquela falada na Galiza.

Desta língua não se tem registro, uma vez que, até então, escrevia-se em latim bárbaro (língua escrita de documentos oficiais, em que se observam indícios de uma linguagem oral), em documentos oficiais, e em

galego-português, na poesia. Entretanto, daqueles documentos, depreendem-se traços da língua portuguesa, que substituiu o latim bárbaro e o galego-português mais tarde. Logo, o português existiu durante muito tempo sem ser escrito, já que se verificam muitos vocábulos portugueses em documentos escritos em latim bárbaro no século IX.

Daí a preocupação de alguns autores em dividir a história da língua portuguesa em fases ou períodos, cujos critérios são muitas vezes divergentes. Embora não seja essencial, pode ter alguma importância didática a divisão que apresento abaixo, segundo Leite de Vasconcelos, em Coutinho (1976, p. 56-7):

a) Época Pré-Histórica (das origens até o séc. IX) – surgem os primeiros documentos latino-portugueses, escritos num latim estranho (sem regras) – formação do romance falado na região;

b) Época Proto-Histórica (do séc. IX ao séc. XII) – textos redigidos em latim bárbaro, nos quais se verificam palavras portuguesas, o que evidencia o romance galaico-português; e

c) Época Histórica (a partir do séc. XII) – textos redigidos em português. Esta época deve ser dividida em duas fases: a arcaica (do séc. XII ao séc. XVI) e a moderna (a partir do séc. XVI).

E é na Época Histórica que, em galego-português, foram escritos os primeiros textos em português. A “Cantiga da Guarvaya”, que é considerada o primeiro documento da nossa literatura e rotulada como uma cantiga de amor, tem a sua data fixada em 1189 por Carolina Michaëlis de Vasconcelos, que considerara anteriormente como data provável o ano de 1198. A autoria da referida trova tem sido atribuída a Paio Soares de Taveirós, o qual dedicara a Dona Maria Paes Ribeiro, a Ribeirinha, amante de D. Sancho I, e, por isso, também tem sido conhecida como a “Cantiga da Ribeirinha”.

Cantiga da guarvaya

No mundo non me sei parelha,
mentre me for'como me vay
ca já moiro por vos – e ay
mia senhor branca e vermelha,
queredes que vos retraya
quando vus eu vi en saya!
Mao dia me levantei,
que vus enton non vi fea!
E, mia senhor, des aquel di' aya!

parelha ⇒ igual, semelhante
mentre ⇒ enquanto, ao passo que
ca ⇒ pois, porque

retraya ⇒ retrate, reporte, descreva
saya ⇒ roupa íntima para dormir

me foi a mi muyn mal,
e vos, filha de don Paay
Moniz, e ben vuz semelha semelha ⇒ parece
d'aver eu por vos guarvaya guarvaya ⇒ manto de rei; respeito
pois eu, mia senhor, d'alfaya d'alfaya ⇒ como mimo; prova de amor
nunca de vos ouve nem ei
valia d'ua correa. correa ⇒ correia; coisa sem valor
(*Apud* MATTOS E SILVA, 2001, p. 22)

Também é dessa época a cantiga de amigo atribuída ao rei D. Sancho I (nascido em 1154 e falecido em 1212), conhecida por “Cantiga da Ribeirinha”. Essa trova, que provavelmente fora feita entre 1189 e 1199, quando D. Sancho I estivera na cidade da Guarda, em guerra, e fizera cantar a sua amada Dona Maria Paes Ribeiro, pela sua ausência, também pode ter sido o primeiro texto em português.

Cantiga da ribeirinha

Ay eu coitada, como vivo en gran cuidado
por meu amigo que ei alongado!
Muito me tarda
o meu amigo na Guarda

Ay eu coitada, como vivo en gran cuidado
por meu amigo que tarda e non vejo!
Muito me tarda
o meu amigo na Guarda (*Apud* MATTOS E SILVA, 2001, p. 21)

Também pode ser considerado o primeiro texto em português a cantiga de escárnio atribuída a Joam Soares de Paiva “Ora faz ost’o senhor de Navarra”, que fora tardiamente encontrada e que pertencera a D. Sancho I. Esta trova, que é provavelmente de 1196 (ou 1200 ou 1214), faz referências às batalhas entre o rei D. Sancho VII, de Navarra, e os reis D. Afonso IX de Castela e D. Pedro II de Aragão. Sabe-se que o rei de Navarra saqueara as terras de Castela e de Aragão, aproveitando-se do fato de o rei de Castela estar distante, em Provença.

Ora faz ost’o senhor de navarra

Ora faz ost’o senhor de Navarra,
pois en Proenç’ est’ el-Rei d’Aragon;
non lh’an medo de pico nem de marra
Tarraçona, pero vezinhos son;
.....
guarda-s’ el-Rei, come de bon saber,
que o non filhe luz en terra alhêa,
e onde sal, e s’ar torn’ a jazer
ao jantar ou se non aa cêa. (*Apud* MATTOS E SILVA, 2001, p. 21)

Na prosa, o primeiro texto escrito em português foi o Testamento de D. Afonso II, o terceiro rei de Portugal. Esse texto em prosa não-artística foi escrito em 1214. Das 13 (treze) cópias que foram feitas, como consta no fim do documento, há uma no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), em Lisboa, e outra, no arquivo da Catedral de Toledo. Abaixo transcrevemos um trecho:

Testamento de D. Afonso II

En' o nome de Deus, Eu rei don Afonso pela gracia de Deus rei de Portugal, seendo sano e saluo, temête o dia de mia morte, a saude de mia alma e a proe de mia molier raina dona (...)

E ssi filio barõ nõ ouuermos, a maior filia que ouuermos agia' o... (*Apud* MATTOS E SILVA, 2001, p. 22-3)

Segundo Coutinho (1976), o primeiro texto em prosa não-artística da língua portuguesa é o Auto da Partilha, que também é um testamento, de 1192. Contudo, essa data tem sido questionada e o texto não se apresenta totalmente em galego-português:

Auto da Partilha

In Christi nomine amen. Hec est notitia de partiçon, e de devisaõ que fazemos entre nos dos erdamentus, e dus Coutos, e das Onrras, e dous Padruadigos da Eygreugas, que forum de nosso padre, e de nossa madre, en esta maneira (...) Facta Karta mensee Marcii, Era MCCXXX. Vaasco Suariz testis – Vermuu Ordoniz testis – Meen Fanrripas testis – Gunsalvu Vermuiz testis – Gil Dias testis – Dom Minon testis – Martim Periz testis – Dom Stephani Suariz testis – Ego Johanes Menendi Presbiter notavit. (*Apud* COUTINHO, 1976, p. 68)

Além desse documento, de 1192, há também um outro – o Testamento de Elvira Sanches” –, que seria de 1193, e a Notícia do Torto, que seria de 1206 ou 1211, sendo, portanto, os documentos mais antigos.

Entretanto, o padre Avelino de Jesus da Costa, em seu aprofundado estudo “Os mais antigos documentos escritos em português. Revisão de um problema histórico-linguístico” (*Revista Portuguesa de História*, XVII, 1979, p. 263-310), digressiona acerca da datação daqueles textos, até então tidos como os mais antigos textos escritos em português, e afirma que são do final do século XII os seus originais, escritos em latim, língua utilizada na elaboração dos documentos da época, e que as versões em galego-português são do século XIII, posteriores ao Testamento de D. Afonso II, cuja data é inquestionável.

2. Princípios da formação do léxico português

Ficou claro que os romanos, quando chegaram à península Ibérica, encontraram povos de raças e de civilizações diferentes, com suas línguas particulares, que, apesar de terem sido suplantadas pelo latim vulgar (língua prestigiada no Império Romano), influenciaram-no bastante, principalmente na fonética e, sobretudo, no léxico, transformando-o numa língua românica – romance ou romanço –, da qual se origina a língua portuguesa mais propriamente.

Destes substratos linguísticos – as línguas dos povos pré-românicos, os quais subsistiram nas regiões ibéricas latinizadas –, o mais importante foi o celta – língua dos celtas, povos áricos que se estabeleceram na Lusitânia, e que constituíram com os iberos os povos celtiberos. Além desta língua pré-romana, destacam-se também as línguas dos iberos, dos gregos, dos fenícios, dos cartagineses e do povo basco.

São exemplos da herança dos celtas no léxico português as seguintes palavras: cavalo (< *caballus*), bico (< *beccus*), camisa (< *camisia*), vassalo (< *vassalus*), manteiga (< *mantica*) e muitas outras.

A sonoridade de “p”, “t” e “c” (*lupu* > lobo, *aqua* > água, *digitus* > dedo), a apócope das vogal átona final “e” após “l”, “n” e “r”, principalmente (*male* > mal, *bene* > bem, *mare* > mar), a palatização de “l” e de “n” que precediam “e”, ou “i”, em hiato (*vinea* > vinha, *filio* > filho) e a assibilação de “d”, e de “t” que precediam “i” ou “e”, em hiato (*ardeo* > arço (arcaico), *audio* > ouço, *gratia* > graça, *pigritia* > preguiça, *hodie* > hoje) são metaplasmos causados pela influência do celta.

As influências exercidas pelos substratos linguísticos na língua latina constituem um dado da maior importância no estudo da formação da língua portuguesa, a qual representa o resultado da transformação do latim vulgar por ação destas influências. Menos significantes, dos superstratos (línguas dos povos pós-romanos que habitaram as regiões ibéricas latinizadas) e, mais tarde, das dos estrangeirismos (línguas diversas, com as quais a língua portuguesa contactou) também são influências observadas.

Da pequena contribuição dos superstratos podemos citar alguns exemplos de palavras germânicas: balcão (< *balko*), banco (< *banki*), estaca (< *stakka*), fresco (< *frisk*), guerra (< *werra*), trégua (< *triggwa*), bando (< *bandwa*), rico (< *reiks*), e outras do adstrato árabe: alface (<

al-khass), arroz (< *ar-ruz*), açúcar (< *as-sukkar*), açude (< *as-sudd*), azeite (< *az-zait*), cenoura (< *sannariâ*), jarra (< *jarrâ*), quintal (< *qintar*). A contribuição destes estratos limita-se ao vocabulário (germânico, em torno de trezentas palavras (segundo C. Michâelis, 1956); árabe, em torno de duas mil palavras). O mesmo acontece com os estrangeirismos.

Considerando tais influências sobre o latim vulgar, falado na península Ibérica, mais propriamente na região que hoje constitui a nação portuguesa, podemos distinguir dois principais meios e um secundário, a partir dos quais se deu a transformação da língua falada pelos romanos e/ou romanizados, que resultou a língua portuguesa. São eles: os primeiros, por via popular (que os compêndios de história da língua portuguesa chamam de evolução) e por via erudita (empréstimos diretos e sem alteração fundamental ao latim clássico) e o último, estrangeirismos (empréstimos a diversas línguas).

Na transformação que se deu por via popular, verificam-se os seguintes processos de formação de palavras: derivação (afixal e imprópria) e composição (por justaposição e por aglutinação).

Do ponto de vista tipológico, as estruturas fonológica e morfológica dos termos populares assumem o papel de maior relevância na constituição do léxico português, cujos padrões criou.

O sistema fonêmico e a tipologia silábica do português, estabelecidos pela via popular, prevalece também sobre os empréstimos (eruditos e estrangeiros). Os termos populares determinaram a estruturação morfológica, fixando padrões de temas nominais e verbais, e de desinências nominais e verbais. É oportuno dizer que a forma de acusativo foi a que se fixou como forma nominal no latim vulgar ibérico.

E os fonemas sofrem modificações e quedas na transformação do latim vulgar para o português, isto é, o resultado sonoro da disposição dos órgãos do aparelho fonador dos novos falantes sofre alterações.

3. Formação do léxico português

O léxico português é, em grande parte, de origem latina. Entretanto, um número bastante significativo de empréstimos linguísticos verifica-se no conjunto de vocábulos, que constitui o léxico português, em cujo estudo se verificam as formas evoluídas – aquelas que surgiram por via popular –, as formas eruditas – aquelas que foram tomadas de em-

préstimos ao latim clássico –, e as formas estrangeiras – aquelas que foram tomadas de empréstimos às diversas línguas com que contactou a língua portuguesa.

3.1. Formas evoluídas (Populares)

São consideradas formas evoluídas aquelas que resultaram da adoção da língua latina pelos povos daquela época, cujo núcleo lexical se estabeleceu no romance lusitânico. Esta estrutura fonológica e morfológica criou os padrões lexicais portugueses, aos quais se adaptaram, inclusive, os empréstimos linguísticos que a língua portuguesa tomou mais tarde do próprio latim e de outras línguas.

Os metaplasmos, estudados no item anterior, são o resultado das evoluções dos termos latinos, principalmente, que se processaram na boca do povo. Daí, serem as formas evoluídas aquelas que se processaram por via popular.

As formas semieruditas também são populares, que, embora tenham entrado na língua em época posterior e por meio da Igreja, principalmente, da administração e do ensino escolar, sofreram pequenas alterações fonéticas, muitas das quais semelhantes às dos princípios fonéticos que constituem o vocalismo e consonantismo.

É mister ressaltar que a par destas formas semieruditas é comum encontrarmos outras evoluídas, cujos significado e emprego podem ser distintos. São exemplos de formas evoluídas os seguintes vocábulos: árvore (< *arbore*), alvo (< *albru*), artelho (< *articulo*), boca (< *bucca*), cheio (< *plenu*), dedo (< *digitu*), lua (< *luna*), mágoa (< *macula*), mancha (< *macula*), olho (< *oculu*), povo (< *populu*), praia (< *plaga*), solteiro (< *solitariu*), telha (< *tegula*), velho (< *vetulu*). São exemplos de formas semieruditas os seguintes vocábulos: afecção (< *affectione*), anjo (< *angelu*), apreender (< *apprehendere*), artigo (< *articulu*), besta (< *bestia*), espátula (< *spatula*), mãe (< *matre*), pai (< *patre*), tenro (< *tneneru*).

3.2. Formas Eruditas

São consideradas formas eruditas aquelas que entraram em época posterior à formação da língua portuguesa propriamente dita, e que não receberam alterações profundas, o que as relacionaria entre os metaplas-

mos.

O contato com a literatura romana ainda se dava durante a Idade Média. A partir do século XV e principalmente no século XVI, houve uma entrada em massa de termos eruditos por via literária ou erudita. Este é o período áureo da Renascença, durante o qual os literatos buscavam resgatar o latim. Com isso, muitos termos foram substituídos e outros, ficaram com o significado restrito; o léxico se renovou, ampliando-se mais propriamente. São exemplos de formas eruditas os seguintes vocábulos: alienar (< *alienare*), amplo (< *amplu*), artigo (< *articulu*), décima (< *decima*), decreto (< *decretu*), duplo (< *duplu*), lacuna (< *lacuna*), local (< *locale*), mácula (< *macula*), óculo (< *oculu*), parábola (< *parabola*), pleno (< *plenu*), rígido (< *rigidu*), solitário (< *solitariu*), tela (< *tela*).

3.3. Formas Estrangeiras:

São consideradas formas estrangeiras aquelas que penetraram na língua em época bem posterior, quando a língua portuguesa já estava formada, a partir do intercâmbio cultural e comercial, principalmente, mantidos entre o povo português e os outros. Estas formas estrangeiras eram admitidas no português por empréstimos normalmente para expressar uma ideia, para a qual não havia uma palavra no idioma. Porém, em muitos casos, o idioma já possuía uma palavra própria.

O empréstimo de formas estrangeiras é um recurso bastante utilizado ainda hoje. Muitas vezes tais formas recebem pequenas alterações para acomodarem-se à estrutura do português. São exemplos de formas estrangeiras os seguintes vocábulos: alibi (< *alibi* ⇔ latim), bule (< *búli* ⇔ malaio), cenário (< *scenario* ⇔ italiano), chefe (< *chef* ⇔ francês), chapéu (< *chapeau* ⇔ francês), dueto (< *duetto* ⇔ italiano), estepe (< *step* ⇔ russo), esporte (< *sport* ⇔ inglês), jaleco (< *jelek* ⇔ turco), lha-no (< *llano* ⇔ espanhol), mochila (< *mochila* ⇔ espanhol), quimono (< *kimono* ⇔ japonês), sanduíche (< *sandwich* ⇔ inglês), zinco (< *zink* ⇔ alemão).

4. Conclusão

Como se pode verificar, a língua portuguesa originou-se do romance galaico-português, mais propriamente, que constitui o conjunto de evoluções do latim vulgar, cuja reconstrução é polêmica, por ter sido

uma língua essencialmente falada.

Não obstante, a partir do conteúdo deste trabalho, é possível verificar as semelhanças existentes entre as duas línguas, apesar das diferenças que as particularizam.

Para se chegar a esta conclusão, apresentei uma breve história da língua portuguesa e, em seguida, a evolução do latim, privilegiando os princípios de formação do léxico português.

Caracterizei o léxico português como sendo constituído de formas que surgiram por via popular ou via erudita, e outras que foram tomadas de empréstimos às diversas línguas com que a língua portuguesa contactou, considerando os processos de ampliação e renovação lexical – derivação e composição.

Finalizando, registrei o resultado desta origem tão rica e diversificada, que constitui formas divergentes e convergentes na língua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CÂMARA Jr., Joaquim Matoso. *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de Gramática Histórica*. 7. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

FARIA, Ernesto. *Fonética histórica do latim*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1970.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O Português Arcaico: Morfologia e Sintaxe*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. *O português arcaico: Fonologia*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001a.

MATTOS, Geraldo; BOTELHO, José Mario. *Fundamentos históricos da língua portuguesa*. Curitiba: IESDE, 2008. (Videoaulas)

TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. Trad. por Celso Cunha. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VASCONCELOS, Leite. *Lições de Filologia Portuguesa*. Lisboa: [s.n.], 1926.